

Governo terá que escolher suas batalhas diante dos vetos

Lira declara que a tendência é caírem os vetos da saidinha e da LDO

Por Ana Paula Marques

Apesar do Planalto garantir vitória ao conseguir adiar a sessão de análise dos vetos presidenciais que iria acontecer na última quarta-feira (24), a base governista agora deve enfrentar intensas semanas de negociações no Congresso Nacional para conseguir reverter o cenário de expectativas de grandes perdas.

Mesmo com o adiamento, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que atualmente a tendência é de que sejam derrubados os vetos presidenciais ao projeto das “saidinhas” e alguns vetos à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Para Lira, o adiamento não ajuda a resolver os problemas. “Foi feito o terceiro adiamento seguido em sessões que foram convocadas. Isso não é normal”, declarou. “Quando o problema existe, ou a gente resolve, ou a gente resolve”, declarou.

Até mesmo o líder do governo no Senado Federal, senador Jaques Wagner (PT-BA), chegou a afirmar, nesta quinta-feira (25), que não adianta ficar protelando a sessão. O senador também afirmou que os líderes partidários fizeram um acordo para que a sessão de análise dos vetos presidenciais ficasse para o dia 9 de maio.

Articulação

Um dos impasses para garantir uma vitória mais consistente seria a articulação do governo. Desde o início do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que o parlamento se queixa da articulação, principalmente, o Lira, que já demonstrou publicamente seu desafeto pelo ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

Ainda nesta quinta, Lira defendeu ser preciso maior envolvimento de Lula (PT) na articulação política do governo. “É



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Governo de Lula enfrenta resistência no Congresso Nacional

imprescindível que o presidente se envolva mais nas agendas de recebimento de parlamentares. É importante que Lula participe, quanto mais ele se envolver no processo, mais ele sente a temperatura de como estão as coisas com o seu governo, o que está certo e o que está errado”, afirmou.

Lira também afirmou que as emendas parlamentares “são um instrumento digno, correto, um recurso para você fazer com que as políticas públicas, que podem e devem melhorar a vida da população nesse país, sejam implementadas”.

Negociações

Para o coordenador de Análise Política da BMJ Consultores Associados, Lucas Fernandes, o adiamento é positivo para o governo, mas é uma vitória parcial. “O governo, na prática, está ganhando uns 15 dias para conseguir reestruturar, rearranjar a articulação política e tentar minimizar essas derrotas. Dado o cenário atual, é muito difícil que o governo consiga reverter completamente a situação. Então, a tendência é que o Congresso fique mandando alguns recados para o governo quando essa sessão for

finalmente realizada, mas é uma possibilidade do governo tentar diminuir os espaços onde vai ser derrotado”, explica.

Para o especialista em política, um impasse que deve ‘dar trabalho’ para o governo na articulação, são os muitos deputados impacientes com as questões que rondam as emendas de comissão. Nos últimos dias, o governo fez liberações recordes de emendas parlamentares para o Congresso. Nesta segunda-feira (22), nas vésperas da sessão de vetos, o governo federal liberou R\$ 2,7 bilhões em emendas a congressistas aliados. Esse valor, somado aos R\$ 2,4 bilhões entre liberados em 15 e 19 de abril, totalizam R\$ 5,1 bilhões.

“Veremos agora agentes políticos entrando para essa frente de articulação do governo. Devemos ver mais presentes o ministro da Fazenda, Fernando Haddad e o vice-presidente, Geraldo Alckmin, nessa frente. Deve começar crescer com isso a pressão para o Alckmin assumir uma posição mais forte dentro da articulação política, principalmente, por ele ser uma pessoa que conseguiria abrir mais portas onde existem segmentos que são resistentes ao PT”, disse.

Zanin acata pedido do governo e suspende desoneração da folha

Lula Marques/ Agência Brasil



Cristiano Zanin foi escolhido por Lula ao cargo de ministro

decisão do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que invalidou o trecho da Medida Provisória (MP) 1.202/2023. A MP derrubou a desoneração previdenciária para pequenas e médias prefeituras.

Editada no final do ano passado pelo governo federal, a medida restabeleceu de 8% para 20% a alíquota das contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Nacional (INSS) por parte dos municípios com até 156 mil habitantes.

A desoneração da folha de pagamento para 17 setores e municípios com até 156 mil habitantes foi aprovada pelo Congresso, no entanto, o projeto de lei foi vetado por Lula. Em seguida, o Congresso derrubou o veto.

Congresso

No início de abril, Pacheco prorrogou por mais 60 dias parte da Medida Provisória do governo federal, a MP 1202/2023, que determinava o fim do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). No entanto, ele derrubou a parte que determinava a reoneração da folha de pagamento de municípios com até 156 mil habitantes. Os trechos da MP prorrogados também valem para o limite de compensação para créditos como forma de proteção da arrecadação do Estado.

Ao derrubar a parte que diz respeito aos municípios, Pacheco argumentou que as prefeituras poderiam sofrer os efeitos da noventena, que é o prazo de 90 dias

Para Fernandes, o governo não irá conseguir tempo para evitar todas as derrotas, “o Executivo vai precisar entender como endereçar algumas agendas prioritárias para o restante desse ano, que também é o ano do fim do mandato do Lira e do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Então, esse ano tende a ser um ano muito desafiador, especialmente na medida em que as eleições se aproximam, já que a tendência é que alguns deputados do centrão irão fazer frente ao governo, fazer oposição por conta da dinâmica eleitoral”.

Pautas conservadoras

Para o analista político Melillo Dinis, o governo irá priorizar as pautas que considera executável algum grau de mudança, como deve ser o caso do PL das “saidinhas”. “O Executivo deve abrir negociações com os governadores, até porque a maioria dos presídios onde terá pressão está nos estados, a União só tem cinco presídios federais. Então, se abre um espaço aí para negociações”, explica. Com a entrada dos governadores, os parlamentares do Congresso devem se voltar para essa pauta.

para que uma lei de alteração de tributos passe a produzir efeitos. Portanto, caso essa parte da MP tivesse a data de validade prorrogada, os municípios e prefeituras teriam de pagar 20% de alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos ao invés das de terem que pagar os atuais 8%.

Na prática, a decisão de Pacheco determina que somente perderam a validade os dispositivos que cancelavam a desoneração da folha das empresas, que já foram revogados em fevereiro pela MP 1.208/2024, e a desoneração da folha das prefeituras.

Relembre

Em agosto de 2023, o Congresso aprovou o projeto de lei nº 334, de 2023, que prorrogava a desoneração da folha de pagamento para os 17 setores da economia e reduzia a alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha dos municípios. O projeto foi integralmente vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas o veto foi derrubado no plenário do Congresso.

Após a derrubada do veto, o governo federal encaminhou ao Congresso a MP 1.202 que buscava reverter a decisão dos parlamentares e incluía a derrubada do Perse. A medida não foi bem aceita pelos parlamentares e 2024 já começou com uma queda de braço entre os poderes Executivo e Legislativo nesse tópico.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Tomaz Silva/Agência Brasil



Bichara: mudança também afetará mais pobres

Tributarista prevê aumento no preço da carne

O advogado tributarista Luiz Gustavo Bichara prevê que a retirada das carnes da cesta básica prevista pela proposta de regulamentação da reforma tributária vai gerar um aumento no preço desses produtos. Isso, mesmo para a população mais pobre, que integra o Cadastro Único, referência para a concessão do Bolsa Família.

Pelo projeto enviado ao

Congresso pelo Ministério da Fazenda, diferentemente do que ocorrerá com alimentos como feijão, arroz e ovos, haverá incidência de impostos sobre carne. A alíquota, porém, será 60% menor que a padrão. Os mais pobres terão direito a receber de volta 20% do que pagarem pelo produto, mas, para Bichara, o cashback não evitará um aumento no preço final.

Governo nega

O governo nega que as mudanças vão causar o aumento; alega que, com a redução de 60%, a alíquota prevista para incidir sobre esses produtos ficará em 10,6%. Segundo o Ministério da Fazenda, o imposto cobrado pela maioria dos estados está em 13%.

Exportações

O também tributarista Bruno Toledo Checchia elogia a reforma, mas ressalta que a regulamentação trouxe, como novidade, a tributação de exportações de minério de ferro, gás e petróleo. Segundo ele, isso prejudica a competitividade dos produtos brasileiros.

Agência Brasil



IBGE: fome entre pretos e pardos

Falta de comida é maior em lares chefiados por mulheres

Dados do IBGE que apontam a diminuição — mas a permanência — da insegurança alimentar entre nós revelam as dificuldades de mulheres que eram chefes de famílias. Em 2023, elas eram responsáveis pela manutenção de 51,7%, dos lares, mas neles a pobreza era maior. Nos domicílios em que havia insegurança

alimentar, 59,4% eram chefiados por mulheres e 40,6% por homens. As marcas da desigualdade racial também aparecem na pesquisa. Pretos eram responsáveis pela manutenção de 12% das casas; pardos, por 44,7%. Nelas, o índice de alguma restrição de comida era, respectivamente, de 15,2% e de 54,5%.

Bolsonaristas

Números da pesquisa Atlas/CNN feita no Rio mostram a força de Jair Bolsonaro numa baixa classe média com renda familiar entre R\$ 2 mil e R\$ 3 mil. Neste segmento, Alexandre Ramagem (PL), pré-candidato apoiado pelo ex-presidente, tem 57,6% das preferências.

Outra faixa

No grupo, o prefeito Eduardo Paes (PSD), candidato à reeleição, foi escolhido por 20,5% dos eleitores; Tarcísio Motta (Psol), 6,1%. Na faixa de renda seguinte, renda até R\$ 5 mil, Paes chega a 55,9%; Ramagem, 28,6%. O bolsonarista também lidera entre os mais de 60 anos.

Ligação

A pesquisa revela que boa parte do eleitorado carioca já identifica Ramagem, delegado da Polícia Federal, com Bolsonaro. É o que explica que ele, deputado de primeiro mandato, obter 31,2% das preferências, contra 42,6% de Paes, prefeito do Rio pela terceira vez.

Popular

A pesquisa também tem boas notícias para Motta, terceiro colocado, com 12,7%. Ele ficou em segundo lugar entre os eleitores com ensino fundamental e no grupo dos que recebem Bolsa Família. No Rio, o Psol tem como base eleitores mais instruídos e de maior renda.